



**CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**DEPARTAMENTO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA REDAÇÃO E**  
**CIDADANIA**

---

**PARECER**

---

PROJETO DE LEI N° 159/2025.  
AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO  
ADICIONAL ESPECIAL POR EXCESSO DE  
ARRECADAÇÃO DE RECURSOS  
VINCULADOS A RECEITA.

**- RELATÓRIO**

Trata-se de projeto de lei, de autoria do Executivo Municipal, que autoriza abertura de crédito adicional especial por excesso de arrecadação de recursos vinculados a receita no valor de R\$309.000,00(trezentos e nove mil reais ).Secretaria Municipal de Saude- despesas com custeio no âmbito da atenção primaria de Equipes Multiprofissionais - EMULTI .

Os autos vieram com o projeto de lei, acompanhado de justificativa e com encaminhamento à Comissão de Permanente de Constituição Justiça Redação e Cidadania. É o relatório.

**- FUNDAMENTAÇÃO**

Analisando-se a redação e a justificativa do projeto, observa-se que a propositura não padece de vícios, revelando sua constitucionalidade.

Inicialmente, observa-se que o projeto está de acordo com o artigo 30, I, da Constituição Federal e artigo 8, I, da lei orgânica de Rolim de Moura, que trata da competência legislativa dos Municípios:

Art. 8º. - Compete ao Município:  
I - Legislar sobre assuntos de interesse local;  
(...)”

Percebe-se que o inciso I, do artigo 8, da Lei Orgânica Municipal indica que



**CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**DEPARTAMENTO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA REDAÇÃO E**  
**CIDADANIA**

a competência legislativa municipal abrange assuntos de interesse local. Segundo Dirley da cunha Júnior, entende-se, por interesse local *“não aquele interesse exclusivo do Município, mas seu interesse predominante, que o afete de modo direto.”*

Por sua vez, compulsando atentamente o texto da Carta Magna, notadamente, no seu artigo 30, inciso I, que trata da competência dos Municípios, se denota de forma clarividente, que é garantido ao Município:

“Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interes- se local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;”

A abertura de crédito adicional especial, se faz necessária quando não há dotação orçamentária suficiente em uma rubrica, como ocorre no presente caso e como se verifica nos artigos 40,41 e 42 da Lei 4.320/64, que *“Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos or- çamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal”*,

Vejamos :

“Art.40. São créditos adicionais, as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orcamento.

“Art. 41. Os créditos adicionais classifi- cam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

(...)

“Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão **autorizados por lei** e abertos por decreto executivo.

Art. 43. A abertura dos créditos su- plementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será prece- dida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não com- prometidos:



**CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**DEPARTAMENTO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA REDAÇÃO E**  
**CIDADANIA**

I - o superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;"

Assim , impondo limites às ações do executivo, os dispositivos supramencionados pretendem limitar o gasto público ao previsto no orçamento, que é valorizados na medida em que exige autorização legislativa para abertura de créditos estranhos ao orçamento vigente.

Os artigos 1º e 2º do Projeto de Lei em comendo ,solicita autorização legislativa para abertura de crédito adicional especial por excesso de arrecadação, nos valores acima mencionados ,objetivando custear as despesas no âmbito da atenção primária de equipes Multiprofissionais - EMULTI.

O projeto de Lei veio instruído com Memorando nº 316/SEMUSA/2025, o qual motiva a necessidade da abertura do crédito.

O provável excesso de arrecadação resta demonstrado, através da previsão de ingresso da receita no ano em curso , em que caracteriza o provável excesso de arrecadação consoante extrato bancário juntado .

O resiquitos , exposição justificativa, aperfeçoa-se com a juntada do Memorando esclarecendo os motivos da alteração orçamentária.

**CONCLUSÃO**

Por todo Exposto, esta Comissão permanente de constituição justiça redação e cidadania opina pelo PARECER FAVORÁVEL DA CONSTITUCIONALIDADE do Projeto de Lei n. 159/2025.

É o parecer, salvo entendimento diverso.

Rolim de Moura, 30 de setembro de 2025.



**CÂMARA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**PODER LEGISLATIVO**  
**DEPARTAMENTO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA REDAÇÃO E**  
**CIDADANIA**

ROSA  
JANETE  
CARNEIRO  
LINS: 58880  
836234

Assinado digitalmente por ROSA  
JANETE CARNEIRO  
LINS: 58880836234  
NB: C=BR, O=CP-Brasil, OU=AC  
SOLUTI Membro v5, OU=  
3776768000171, OU=Presencial,  
OU=Certificado PF A3, CN=ROSA  
JANETE CARNEIRO  
LINS: 58880836234  
Razão: Eu sou o autor deste  
documento  
LCS: Rolim de Moura/RO  
Data: 2025.08.30 08:34:54-04'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.2

ROSA JANETE CARNEIRO LINS  
Presidente /Relatora

THIAGO GONÇALVES DA LUZ  
Membro

ADAIR CARDOSO  
Membro